

---

COMUNICADO DA DORAA

A Direção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP esteve reunida este fim de semana, em Ponta Delgada, para analisar a situação política e social nacional e regional e definir as principais linhas de intervenção política e as prioridades de trabalho do PCP Açores, quer da sua Representação Parlamentar, quer da própria Direcção Regional

A DORAA do PCP reafirma, a importância fundamental do aumento dos salários para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das suas famílias para o crescimento económico do País e em particular dos Açores. Neste sentido, não podemos ignorar a importância fundamental do salário mínimo no combate à pobreza, designadamente a pobreza laboral.

O aumento dos salários em geral, é um investimento que beneficia a economia do País e da Região – a melhoria dos rendimentos dos trabalhadores e das famílias estimula o consumo, o que contribui para o aumento da produção e das vendas das empresas, a criação de mais emprego e o crescimento da economia. Ao mesmo tempo, este aumento tem também efeitos positivos no crescimento das contribuições para a segurança social, ajudando a melhorar a sustentabilidade financeira do sistema.

**O PCP/Açores continuará a apresentar como principal medida, o aumento do Complemento Regional ao Salário Mínimo Nacional dos 5% para os 7,5%.** Esta proposta, que o PCP já apresentou por diversas vezes nos últimos anos, visa diminuir o significativo fosso salarial que separa os trabalhadores açorianos dos do continente. Como temos afirmado, esta é uma medida de elementar justiça para reaproximar o nível de vida dos trabalhadores açorianos da média nacional. Na nossa Região cerca de 40% dos trabalhadores auferiam menos de 610 euros mensais e quase 70% vive com rendimentos inferiores a 900 euros mensais, uma realidade que faz dos Açores uma das regiões do país com maior concentração de baixos salários.

A proposta que o PCP tem vindo a apresentar relaciona-se com o fosso salarial que nos separa do continente. Trata-se de um aumento que é urgente e necessário, independentemente do aumento do salário mínimo nacional. Grassa a pobreza entre os trabalhadores açorianos, mesmo entre os que trabalham a tempo inteiro, devido aos salários baixos, que não permitem viver com dignidade. É inadmissível que quem trabalha o dia inteiro, todos os dias, em prol do desenvolvimento e progresso dos Açores, não tenha asseguradas as suas necessidades básicas de sobrevivência!

O PCP Açores lembra que, o PS e o seu Governo têm vindo a recusar as propostas da Representação Parlamentar do PCP de aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional, dos atuais 5 para 7,5%. Proposta que visa cumprir o objetivo para que este instrumento foi criado, ou seja, fazer face aos custos da insularidade e fazer convergir o salário médio regional dos trabalhadores do setor privado com o a média salarial dos trabalhadores do setor privado no continente, e que os atuais 5% se têm demonstrado insuficientes pois, a média salarial dos trabalhadores do setor privado nos Açores é cerca de 100 euros inferior à média salarial dos seus congéneres continentais.

Para o PCP/Açores, a par do aumento dos salários é fundamental acelerar o debate com vista à implementação de medidas que contribuam para o desbloqueamento da contratação colectiva, nomeadamente na alteração das normas de caducidade e a reposição do princípio do tratamento mais favorável, pelos reflexos que produz nas remunerações, evitando assim que os salários

situados na parte inferior das tabelas salariais sejam absorvidos pelos aumentos do salário mínimo.

A DORAA do PCP voltou a definir como prioridade da sua intervenção pelo terceiro ano consecutivo a pobreza e exclusão social na Região. Para nós comunistas muito para além de medidas pontuais de combate imediato a situações de pobreza e de exclusão, o que é essencial é que se combata de facto a sua origem, isto é, que a riqueza produzida seja distribuída de forma justa e equitativa, nomeadamente por aqueles que a produzem e que são os trabalhadores. É que a pobreza e a exclusão social têm a sua origem num sistema que garante a acumulação de capital por um número cada vez menor de privilegiados através da exploração de um número cada vez maior de explorados e que conduz a uma sociedade cada vez mais injusta na distribuição da riqueza produzida e a estratégias que visando esses objetivos não têm em conta nem questões de natureza social nem questões de desenvolvimento económico e social.

Combater a pobreza e exclusão social exige, para além do reconhecimento do problema, que antes de mais se determine quais as causas e as origens da pobreza e da exclusão social e exige vontade política para combater na origem essa pobreza e essa exclusão social e não apenas a mera identificação do fenómeno e a adoção de medidas que sendo importantes não colocam em causa o modelo socioeconómico gerador da pobreza e da exclusão social, mas antes pelo contrário pretende que se vá mascarando a pobreza e a exclusão social através de ações que apenas minimizem os efeitos sem pôr em causa as suas origens.

A pobreza e a exclusão social nos Açores é coisa que o Governo Regional não levou tão a sério como seria necessário e a sua Estratégia de combate à Pobreza e Exclusão Social mais não é que um rol de boas intenções apenas para constar, pois quando se trata de combater na prática a pobreza o Governo muito convenientemente se coloca do lado daqueles que irresponsável e egoisticamente a promovem, colocando os seus interesses acima de todos os outros. Também não podemos esquecer o papel e a contribuição do anterior Governo da República do PSD/CDS no agravamento das situações de pobreza no País e na Região

Diariamente crescem as desigualdades entre ricos e pobres, num contexto em que as taxas de risco de pobreza na nossa Região são as maiores do país. A resposta necessária é, sem dúvida, a melhoria das condições de vida do povo açoriano através do aumento dos salários, do aumento do poder de compra das populações, do acesso universal aos equipamentos sociais, à educação, à saúde, à habitação.

Combater as origens e causas da pobreza e da exclusão social passa necessariamente por uma economia que promova um desenvolvimento económico socialmente útil e não apenas tendo em vista a obtenção do lucro fácil e imediato, na qual o desemprego e a pobreza são fundamentais para uma prática de baixos salários e para a retirada de direitos aos trabalhadores.

O caso mais preocupante e evidente ocorre no setor do turismo na nossa Região. Nos últimos anos temos assistido a um aumento exponencial das receitas das empresas dos serviços turísticos nos Açores, gerando lucros imensos aos seus proprietários. Mas notamos que os trabalhadores do setor turístico continuam com vínculos laborais absolutamente precários, remunerações sempre demasiado baixas e cargas horárias muito elevadas. A redistribuição da riqueza neste setor económico parece não existir na nossa Região, quando quem produz essa riqueza com o suor do seu trabalho continua a viver em condições sociais muito débeis. É absolutamente imperioso e urgente que no setor do turismo nos Açores seja celebrado um novo

Acordo Coletivo de Trabalho para toda a Região, com uma justa atualização da tabela salarial que repercute uma redistribuição social da riqueza gerada.

Tal como o PCP denunciou há mais de 20 anos, o Euro revelou-se um instrumento contrário aos interesses nacionais, desenhado à medida da realidade económica e interesses do directório de potências, particularmente da Alemanha, e concebido de acordo com as suas ambições de domínio político e económico no quadro da União Europeia e de competição com outros pólos imperialistas no plano económico, comercial, estratégico e militar.

Está à vista de todos que o Euro não significou convergência económica nem coesão social. Pelo contrário, foi uma das principais razões do crescimento de desigualdades sociais e de assimetrias de desenvolvimento na União Europeia. Tal realidade contradiz as teses que insistem na estabilidade e durabilidade da União Económica e Monetária e demonstra como são falsas as justificações para novos saltos no seu aprofundamento.

O Euro não trouxe soluções, antes causou problemas ou aprofundou os já existentes, sendo utilizado, em contexto de crise ou fora dele, para levar sempre mais longe a concentração do poder económico e político, e o aprofundamento da integração capitalista na União Europeia. Foi e é no quadro do Euro, e em nome do cumprimento dos seus critérios, que se acelerou e aprofundou a privatização e concentração de empresas e sectores estratégicos, que se atacaram direitos sociais e laborais, e que se golpeiam duramente os serviços públicos e as funções sociais do Estado.

Com o Euro, vimos agravados todos os nossos défices estruturais, do produtivo ao energético, do alimentar ao científico e tecnológico, passando pela nova realidade de uma demografia marcada pelo envelhecimento e declínio da população. Mas sobretudo, perdemos instrumentos de soberania orçamental, monetária e cambial. Toda a sua política macroeconómica passou a estar subordinada não aos interesses nacionais, mas às regras do Euro, com consequências visíveis nas funções do Estado, no investimento público, no tecido produtivo, na capacidade das nossas exportações, na política salarial e laboral. O Euro funcionou e funciona como um colete de forças do qual é necessário libertar o País.

O PCP propõe um outro projecto de cooperação na Europa entre estados soberanos e iguais em direitos, assente na solidariedade, na convergência social, no relacionamento mutuamente vantajoso e na paz.

Também na Região temos vindo continuamente a alertar para as imposições e condicionamentos da União Europeia. No âmbito da discussão sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, a Comissão Europeia propõe um corte de 3,9% em todos os programas de apoio às regiões ultraperiféricas. Os envelopes financeiros associados ao POSEI, “Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e Insularidade”, destinados aos arquipélagos dos Açores e da Madeira serão, assim, significativamente afectados.

O PCP/Açores bem como deputados do PCP no Parlamento Europeu consideram que este corte, que acresce aos cortes já anunciados na política de coesão e na Política Agrícola Comum, é inaceitável e confirma as prioridades da União Europeia, cada vez mais afastadas das necessidades dos Estados-Membros enfrentando maiores dificuldades, do apoio aos seus sistemas produtivos e às suas populações, e cada vez mais orientadas para os interesses das principais potências da UE e dos seus grupos económicos.

O PCP/Açores e os deputados do PCP no Parlamento Europeu, defendem e exigem a par de uma profunda modificação da Política Agrícola Comum, da necessária restauração do POSEI-Pescas (fora do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas) e da criação de um programa específico POSEI-Transportes, que o orçamento comunitário faça justiça e compense Portugal, particularmente as suas regiões autónomas, pelos prejuízos acumulados decorrentes de políticas contrárias aos interesses do País impostas pela União Europeia e cujas consequências no nosso aparelho produtivo são bem visíveis.

Aproveitamos esta oportunidade para saudar os deputados do PCP no Parlamento Europeu, porque são os que mais tem trabalhado em prole dos Açores na União Europeia.

A DORAA do PCP saúda as iniciativas e lutas dos trabalhadores e da população, destacando a luta dos professores e os resultados alcançados. Reafirmamos o compromisso dos comunistas açorianos de lutar pelas transformações sociais, económicas e políticas que contribuam para que a nossa Região adote um rumo de desenvolvimento harmonioso que se traduza na melhoria das condições de vida de todos os açorianos.

Angra do Heroísmo, 21 de janeiro de 2019

A DORAA DO PCP.